



## Relatório de Fiscalização 007/2024



De: **Samae - Terra Rica** ([samae@samaetr.com.br](mailto:samae@samaetr.com.br)) Setor: **FISC-OP - Operacional**

Para: **FISC-OP - Operacional**

Assunto: **Relatório de Monitoramento 06**

**Maringá/PR, 08 de Abril de 2024**

Para:

**Samae - Terra Rica**

[samae@samaetr.com.br](mailto:samae@samaetr.com.br)

### RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA

#### SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

**Terra Rica - PR**

**Maringá, 23 de Abril de 2024**

#### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Conforme A Lei Federal nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010 e atualizada e a alterada pela redação da Lei federal no. 14.026/2020, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, a fiscalização é parte essencial da atividade regulatória, e promove a melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Para tanto, realizou-se fiscalização indireta no município de Terra Rica - Pr, onde o principal objetivo foi monitorar a conformidade do controle e qualidade dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistema de Esgoto Sanitário quanto a normas e legislações pertinentes.

#### LEGISLAÇÃO

Os trabalhos de fiscalização e regulação dos municípios regulados pelo ORCISPAR estão amparados, principalmente, nas seguintes legislações vigentes:

**Tabela 01: Principais leis, decretos, resoluções e portarias que norteiam as fiscalizações indiretas realizadas pelo ORCISPAR.**

Lei federal n°. 14.026/2020	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.”
Lei federal n° 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico e dá outras providências.
Decreto federal n° 7.217/2010	Regulamenta a Lei no 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 357/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 396/2008	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 430/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
Portaria n°.256 do IAP	Aprova e estabelece os critérios e exigências para a apresentação da Declaração de Carga Poluidora, através do Sistema de Automonitoramento de Atividades Poluidoras no Paraná e determina seu cumprimento.
Portaria GM/M S n°. 888/2021 do Ministério da Saúde	Procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
Portaria n° 443/BSB/1978 do Ministério da Saúde	Estabelece os requisitos sanitários mínimos a serem obedecidos no projeto, construção, operação e manutenção dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano
Resolução CISPAR n°. 37 de 2022	Aprova o Manual de Fiscalização dos Prestadores de Serviços de Água e Esgoto regulados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR).
Resolução CISPAR n°. 39 de 2022	Define as não conformidades a serem verificadas na fiscalização da prestação dos serviços de água e esgoto no âmbito dos municípios regulados pelo CISPAR.
Resolução CISPAR n°. 40 de 2022	Dispõe sobre os procedimentos relativos às infrações e penalidades aplicáveis, pelo CISPAR, aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Resolução CISPAR n°. 65 de 2022	Altera o teor da Resolução nº 39 de 04 de agosto de 2022, que trata do Manual de Fiscalização de 04 de agosto de 2022 e Anexos.
Resolução CISPAR n°. 11 de 2023	Dispõe sobre a extinção e demais encaminhamentos administrativos em relação aos processos de fiscalização realizados no âmbito do CISPAR antes da entrada em vigor da Resolução nº 037, de 2022, sobre novas fiscalizações, e altera os prazos de entrega do Relatório Técnico de Fiscalização (RTF), do Parecer Técnico Sobre as Manifestações (PMP) e do Relatório Técnico de Fiscalização de Acompanhamento (RTFA) por parte da fiscalização do CISPAR.

## MONITORAMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

REFERÊNCIA: DEZ/2023 a FEV/2024

**Controle de limpeza de reservatórios e limpeza e descarga na rede de distribuição do sistema:**

Controle de limpeza	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Foi apresentado laudo de limpeza referente aos reservatórios do sistema		X		No ano de 2023 não foi realizado limpeza dos reservatórios, pois estão aguardando a licitação compartilhada do CISPAR para realizar esse serviço
Foi apresentado laudo de limpeza e descarga na rede de distribuição		X		Não apresentado

**Monitoramento de Controle e Qualidade das análises:**

Controle	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Plano de amostragem	X			ANEXO 02
O Plano de Amostragem está sendo executado conforme elaborado pelo responsável técnico (Quantidade e frequência de amostras de acordo com a população)		X		O plano de amostragem estabelece duas amostras semestrais para os parâmetros de radioatividade e cloreto de vinila, porém apenas uma amostra tem sido apresentada a cada semestre. Embora esteja em conformidade com a legislação, não está sendo seguido o plano de amostragem - ANEXO 03
Localização das coletas estão sendo cumpridas de acordo com o plano de amostragem conforme elaborado pelo responsável técnico	X			ANEXO 01 e 02
Realização do controle de parâmetros mínimos do processo (Cloro Residual Livre, Fluoreto e Turbidez)	X			ANEXO 03
A quantidade e frequência de amostras dos parâmetros de controle coletadas mensalmente na captação atendem a legislação		X		Não foi apresentado laudo de análise para o Poço José Nunes Distrito no mês de janeiro - ANEXO 01
A quantidade e frequência de amostras dos parâmetros de controle coletadas mensalmente na saída do tratamento atendem a legislação	X			ANEXO 01
A quantidade e frequência de amostras dos parâmetros de controle coletadas	X			ANEXO 01

mensalmente na rede de distribuição atendem a legislação				
A quantidade e frequência de amostras dos parâmetros de controle coletadas semestralmente na rede de distribuição, captação e saída do tratamento atendem a legislação.	X			Não foi apresentado laudo de análise semestral para o Poço 04 para o segundo semestre - ANEXO 03. Porém, foi justificado pela RT, que no dia da coleta o poço estava com problemas elétricos, impossibilitando a coleta por motivos de segurança.

#### Qualidade das análises na captação:

Qualidade (diário/mensal/semestral)	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
pH está adequado	X			ANEXO 03
Turbidez está adequado	X			ANEXO 03
Cor está adequado	X			ANEXO 03
E.Coli está adequado	X			ANEXO 01
Coliformes totais está adequado	X			ANEXO 01
Demais parâmetros estão adequados	X			ANEXO 03

#### Qualidade nas análises na saída do tratamento:

Qualidade (diário/mensal/semestral)	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Cloro está adequado	X			ANEXO 04
Fluor está adequado	X			ANEXO 04
pH está adequado	X			ANEXO 04
Turbidez está adequado	X			ANEXO 04
Cor está adequado	X			ANEXO 04
E.Coli está adequado	X			ANEXO 01
Coliformes totais está adequado	X			ANEXO 01
Demais parâmetros estão adequados	X			ANEXO 03

NOTA: É recomendado pela **Portaria nº 635/GM, de 26 de dezembro de 1975 e ANEXO XXI da Portaria de Consolidação nº 5/2017** limites para a concentração de íon fluoreto em função da média das temperaturas máximas diárias. Dada pela seguinte tabela:

Tabela 02: Limites recomendados para fluoretação

Média das temperaturas máximas diárias do ar (°C)	Limites recomendados para a concentração (mg/L)		
---	---	--	--

	Mínimo	Máximo	Ótimo
10,0 - 12,1	0,9	1,7	1,2

12,2 - 14,6	0,8	1,5	1,1
14,7 - 17,7	0,8	1,3	1,0
17,8 - 21,4	0,7	1,2	0,9
21,5 - 26,3	0,7	1,0	0,8
26,4 - 32,5	0,6	0,8	0,6

#### Qualidade das análises na Rede de distribuição:

Qualidade (diário/mensal/semestral)	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Cloro está adequado	X			ANEXO 04
Fluor está adequado	X			ANEXO 04
pH está adequado	X			ANEXO 04
Turbidez está adequado	X			ANEXO 04
Cor está adequado	X			ANEXO 04
E.Coli está adequado	X			ANEXO 01
Coliformes totais está adequado	X			ANEXO 01
Demais parâmetros estão adequados	X			ANEXO 03

#### Casos especiais de controle e qualidade quando houver contaminação e/ou parâmetros que não atendem a legislação:

Controle e Qualidade trimestral	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Quantidade e freqüência de amostras coletadas estão adequadas			X	
Limite do(s) parâmetro(s) está(ão) adequado(s)			X	
Acompanhamento trimestral necessário			X	

#### MONITORAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

#### Monitoramento do controle e qualidade das análises do sistema de esgotamento:

Controle	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Existência de Outorga de lançamento de efluente válida		X		Outorga se encontra fora da vigência estipulada
Existência de licença de operação válida/DELAJ		X		Não apresentada

Não é feito o monitoramento e controle de efluentes da ETE lançado no rio, conforme o estabelecido pela legislação, licenças ambientais e/ou portaria de outorga no período verificado (parâmetros e frequência de análises)	X			ANEXO 05
--	---	--	--	----------

**Verificação acerca da qualidade das análises:**

Qualidade	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Monitoramento do esgoto bruto	X			ANEXO 05
Monitoramento do esgoto tratado	X			ANEXO 05
Eficiência do tratamento	X			ANEXO 05
O efluente tratado não atende aos padrões físico-químicos de lançamento preconizados legislação, licenças ambientais e/ou outorga	X			ANEXO 05
O efluente tratado não atende aos padrões microbiológicos estabelecidos pelas legislações, licenças ambientais e/ou portaria de outorga		X		Nitrogênio Amoniacal acima do VMP
Não realizar auto-monitoramento do padrão de lançamento do efluente final	X			ANEXO 05

**Casos especiais de controle e qualidade quando houver contaminação e/ou parâmetros que não atendem a legislação:**

Controle e Qualidade trimestral	Conforme	Não conforme	N/A	Observações
Quantidade e frequência de amostras coletadas estão adequadas			X	
Limite do(s) parâmetro(s) está(ão) adequado(s)			X	
Acompanhamento trimestral necessário			X	

Renata Alves Perez

Engenheira civil

CREA 115.240/D - Matrícula 74

CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Paraná - Rua Miguel Jordão Martines, 677 - Pq. Ind. Mário Bulhões da Fonseca Maringá-PR Cep: 87065-660 • 1Doc • [www.1doc.com.br](http://www.1doc.com.br)

Impresso em 08/05/2024 14:09:09 por Renata Alves Perez - Engenheira civil (matrícula 74)

